

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

DISCIPLINA: GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E ACCOUNTABILITY
RESUMO
O constante desenvolvimento tecnológico, social e econômico impactou nas relações entre a Administração Pública e os cidadãos nos últimos anos do século XX, demandando-se o aprimoramento do modelo de gestão pública. Todo o aparelhamento estatal é marcado significativamente pela delegação de poder, da sociedade (“principal”) para o Estado (“agente”), e do Estado para com seus dirigentes que, por sua vez, delegam poderes a subordinados em um constante ciclo em que os delegatários de poder podem ser denominados de “principais” e os delegados de “agentes”.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À GOVERNANÇA PÚBLICA DIRETRIZES E NÍVEIS DE GOVERNANÇA PÚBLICA MECANISMOS E ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA GOVERNANÇA X GOVERNABILIDADE X GESTÃO
AULA 2 A HISTÓRIA DA GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES DELEGAÇÃO GOVERNAMENTAL INTERNA HORIZONTAL E VERTICAL DELEGAÇÃO GOVERNAMENTAL EXTERNA
AULA 3 AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL E OS DEMONSTRATIVOS FISCAIS PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO
AULA 4 AS DIMENSÕES DA ACCOUNTABILITY TIPOS DE ACCOUNTABILITY ELEMENTOS PRINCIPIOLÓGICOS E JURÍDICOS DE FISCALIZAÇÃO ACCOUNTABILITY NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 5 INFORMAÇÕES PASSÍVEIS DE DISPONIBILIZAÇÃO SUJEITOS SUBMETIDOS À LAI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA FINALIDADE RESTRIÇÕES DO DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO O SIGILO DE INFORMAÇÕES
AULA 6 COMITÊS INTERNOS DE GOVERNANÇA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL UNIDADES DE GESTÃO DE INTEGRIDADE MEDIDAS CONCRETAS DE GOVERNANÇA PÚBLICA
BIBLIOGRAFIAS
BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Guia da política de governança pública. Brasília, DF, 2018. Disponível em:

<http://www.cgu.gov.br/noticias/2018/12/governo-federal-lanca-guia-sobre-apolitica-de-governanca-publica/guia-politica-governanca-publica.pdf>.

- NARDES, J. A. R.; ALTOUNIAN, C. S.; VIEIRA, L. A. G. Governança pública: o desafio do Brasil. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações políticas. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Uma política pública, ou um programa governamental, é algo que envolve necessariamente um processo e um resultado. Mas, quando você analisa as notícias nos jornais ou na televisão, não tem a impressão de que existem muitos processos em andamento no Brasil que, muitas vezes, parecem não apresentar resultados significativos? Esta disciplina, inovadora e instigante, possibilita entender o papel do Governos e dos Governantes e também a sua função na construção da sociedade brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AS COMPETÊNCIAS E AS RESPONSABILIDADES DOS ENTES

CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

FASES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 2

RACIONALISMO

INCREMENTALISMO

GRUPOS DE INTERESSE

TEORIA DAS ELITES

TRÊS ÚLTIMAS ABORDAGENS

AULA 3

AUTORES CLÁSSICOS E O ESTADO

A CRISE DO ESTADO

O ESTADO E AS METAS DO MILÊNIO

MATRIZ INSUMO-PRODUTO

GRUPOS DE INTERESSE E OS STAKEHOLDERS

AULA 4

PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ATORES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE SOCIAL

PROBLEMA SOCIAL

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

AULA 5

GESTÃO POR RESULTADOS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MONITORAMENTO

O PAPEL DOS CONSELHOS

ESTADO-MERCADO-SOCIEDADE

AULA 6

INDICADORES: CONCEITOS E REFLEXÕES

CARACTERÍSTICAS DE UM INDICADOR

DADOS DO IBGE

IDH, PNUD E IPEA

PESQUISAS PRODUZIDAS DENTRO DAS UNIVERSIDADES

BIBLIOGRAFIAS

- CALDAS, R. W. Políticas públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.
- QUEIROZ, R. B. Formação e gestão de políticas públicas. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Bahia: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL

FATOR HUMANO

HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1

ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2

CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS

GESTÃO DE TALENTOS

DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO

RECOMPENSAR E DESENVOLVER

MANTER E AVALIAR

AULA 4

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL

GESTÃO DE COMPETÊNCIA

GESTÃO DO CONHECIMENTO

COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL

LIDERANÇA (PARTE I)

LIDERANÇA (PARTE II)

COACHING

INOVAÇÃO

AULA 6

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)

POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS

PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.
- KNAPIK, J. Gestão de Pessoas e Talentos. Curitiba: IBPEX, 2008.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 120, n. 1, p. 7-40, jan./abr. 1996.

DISCIPLINA:

ORÇAMENTO PÚBLICO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

RESUMO

É bem conhecida a expressão de que os recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) são escassos, mas as necessidades humanas são ilimitadas, daí ser impossível atender a todas as demandas de uma sociedade. Por isso, é preciso planejar todos os gastos, fazendo um orçamento e determinando as prioridades a serem alcançadas. Mas, para que fazemos um orçamento? Quando queremos estimar o custo de algo, costumamos levantar tudo o que será necessário para que ele se efetive. Precisamos ter disciplina, organização e equilíbrio nos gastos a fim de que um orçamento não fique aquém das expectativas. No setor público, a disciplina fiscal e a busca do equilíbrio entre receitas e despesas constituem elementos essenciais à saúde financeira do Estado. Isso possibilita a prestação de serviços públicos de qualidade, mantém o poder aquisitivo da moeda e um ambiente de negócios que traga crescimento e desenvolvimento econômico. E como isso se fundamenta no setor público? É o que veremos a partir de agora.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CAMPO DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O FUNCIONAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

FUNÇÕES DO ESTADO E SUAS ATRIBUIÇÕES NA ERA CONTEMPORÂNEA

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO NA ERA CONTEMPORÂNEA

CASE: O PLANO REAL E A ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

AULA 2

MODALIDADES ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO PROGRAMA

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

CASE: AVALIAÇÃO DE RESULTADOS EM UMA AÇÃO GOVERNAMENTAL

AULA 3

PLANO PLURIANUAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

CASE: EMENDA PARLAMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ATENDIMENTO DAS PRIORIDADES SOCIAIS

AULA 4

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS DE CAPITAL

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA

CASE: RECEITAS PÚBLICAS E A PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS

AULA 5

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE ACORDO COM A CATEGORIA ECONÔMICA

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

CASE – PUNIÇÃO APLICADA POR NÃO RESPEITAR A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A CONSTITUIÇÃO

AULA 6

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI

CONTROLE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CONTROLE EXTERNO

CASE: CONTROLE, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO PARA CONSTRUIR UM PAÍS MELHOR

BIBLIOGRAFIAS

- MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2010.
- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Orçamento público – planejamento, elaboração e controle. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CONTI, J. M. A autonomia financeira do Poder Judiciário. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2018.

DISCIPLINA:

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

RESUMO

A democracia, restabelecida no Brasil pela Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988 (CF/88 – conhecida como Constituição Cidadã – introduziu aos entes federados uma estrutura organizativa descentralizada, pautada nos poderes locais e na participação cidadã, refletindo os anseios populares por liberdade e participação nos destinos da Nação (Fonseca, 2007; Arretche, 2012). Para entendermos como essa descentralização afeta a administração pública, que estudaremos ao longo das aulas, cabe, primeiramente, lembrarmos os entendimentos sobre democracia e suas variantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY

ATIVIDADE E PRÁTICA PLEBISCITO 1993

AULA 2

O PAPEL DO ADMINISTRADOR PÚBLICO NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA

ATOS ADMINISTRATIVOS E GOVERNAMENTAIS

DEVER DE INFORMAR E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

ATIVIDADE PRÁTICA - DEVER DE INFORMAR E TRANSPARÊNCIA

AULA 3

IMPORTÂNCIA E OBRIGATORIEDADE DA TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

USO DA TECNOLOGIA NA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ATOS DE GOVERNO E PUBLICIDADE

ATIVIDADE E PRÁTICA POLÍTICA DE RECLAMAÇÃO - CANAIS 156

AULA 4

DIREITO À INFORMAÇÃO E A LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO (LAI)

PRINCÍPIO E DIREITO A PRIVACIDADE E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO

APLICABILIDADE E RESTRIÇÕES: TRANSPARÊNCIA E ACESSO A INFORMAÇÃO

ATIVIDADE E PRÁTICA: INFORMAÇÕES PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

AULA 5

DECRETO N. 6.170/2007: TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

LEI COMPLEMENTAR N. 131/2009 E LEI COMPLEMENTAR N. 156/2016: LRF E TRANSPARÊNCIA

PLANOS PLURIANUAIS, LEI DE DIRETRIZES E ORÇAMENTO PÚBLICO:

INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

ATIVIDADE E PRÁTICA

AULA 6

PRESTAÇÃO DE CONTAS COMO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL COMO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

PARTICIPAÇÃO POPULAR, CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

ATIVIDADE E PRÁTICA

BIBLIOGRAFIAS

- ARAUJO, W. M. T. M. Democracia participativa e seus instrumentos de participação popular: virtudes e dilemas. Revista de Direito UNIFACEX, Natal, v.8, n.1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifacex.com.br/direito/article/view/943>.
- FRIEDE, R. Democracia e estado de direito. Jus.Com.br, out. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70045/democracia-e-estado-de-direito>.
- MERELES, C. Democracia participativa é possível? Politize!, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/democracia-participativa>.

DISCIPLINA:

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

Nesta disciplina, vamos investigar a interação entre os direitos sociais e as políticas públicas, relacionando como a constante evolução dos direitos sociais pautou a construção de políticas públicas. Como se sabe, os direitos sociais têm por objetivo e essência a tutela da igualdade e da liberdade, buscando garantir aos cidadãos condições dignas de vivência, disponibilizando materiais e meios para que se efetive a fruição plena das liberdades individuais. Como não poderia ser diferente, o principal desafio à realização dos direitos sociais é justamente a garantia de sua eficácia e efetividade, em especial no que concerne à implementação de seu principal meio de realização: as políticas públicas, responsáveis por fixar de maneira planejada as diretrizes e atitudes da ação do Poder Público perante nossa sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNDO

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO DIREITO INTERNACIONAL

DIREITOS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

CONCEITUAÇÃO

AULA 2

PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS DIREITOS SOCIAIS
DIREITOS SOCIAIS E O MÍNIMO VITAL: NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO
DIREITOS SOCIAIS E POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

AULA 3

DIREITOS SOCIAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À SAÚDE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO TRABALHO
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

AULA 4

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO LAZER
DIREITOS SOCIAIS: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA
DIREITOS SOCIAIS – DIREITO À SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AULA 5

ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS
O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
OS DIREITOS SOCIAIS COMO MODERNAS FERRAMENTAS PARA REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS – UM MODELO DE TRADE OFF?

AULA 6

POVO NEGRO E QUILOMBOLA
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS
IMIGRANTES E REFUGIADOS
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- NUNES JÚNIOR, V. S. Direitos sociais. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.) Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/edicao-1/direitos-sociais>.
- PEREIRA PINTO, A. Direito do trabalho, direitos humanos sociais e a Constituição Federal. São Paulo: LTr, 2006.
- TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

CONTROLE INTERNO, EXTERNO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESTRUTURA BUROCRÁTICA
POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE
A POLÍTICA E O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL

A EXECUÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL

AULA 2

O CONTROLE INSTITUCIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AS ESPECIFICIDADES E OS PRINCÍPIOS DO CONTROLE
OS PRINCÍPIOS LEGAIS NORTEADORES DO CONTROLE
CONCEITO E PRINCÍPIOS DO CONTROLE INTERNO

AULA 3

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO
MODELOS DE REFERÊNCIA PARA CONTROLE INTERNO
FUNÇÕES, OBJETIVOS E FINALIDADES DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
A LEGISLAÇÃO ACERCA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

AULA 4

O CONCEITO DA METODOLOGIA DE QUALIDADE DO PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
AS ETAPAS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PDCA NOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO
A ORIGEM E METODOLOGIA COSO DE CONTROLE INTERNO
OS OBJETIVOS DA METODOLOGIA COSO

AULA 5

A RELAÇÃO E A INTERAÇÃO ENTRE AUDITORIA E CONTROLADORIA
AUDITORIA GOVERNAMENTAL INTERNA E EXTERNA
LIMITES NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL
O PLANEJAMENTO NA AUDITORIA GOVERNAMENTAL

AULA 6

O CONTROLE EXERCIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E PELA SOCIEDADE
A TRANSPARÊNCIA E O ACCOUNTABILITY NA GESTÃO PÚBLICA
A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E A RESPONSABILIDADE NA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS
A GOVERNANÇA E CONTROLE NA GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA:
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO

Para entender melhor as regras constitucionais aplicáveis à Administração Pública, é indispensável conhecer os princípios constitucionais a ela vinculados. Para a ciência do Direito, os princípios são parte da estrutura jurídica. Os princípios direcionam a elaboração e interpretação das normas visto que entabulam valores e diretrizes para que o sistema jurídico seja equilibrado e racional. A Constituição Federal brasileira (CF), no art. 37, estabelece cinco princípios básicos vinculados à administração pública direta e indireta – autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” É indene de dúvida que os princípios são fundamentais para uma perfeita interpretação e integração da norma ao caso prático. Algumas normas infraconstitucionais também descrevem princípios expressos aplicáveis à Administração Pública, Lei 9.784/1999, Lei 8.666/1993 e Lei 12.462/2011, porém não serão objeto de estudo nesse momento. Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, os quais passa-se a estudar, são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE PRINCÍPIO DA MORALIDADE PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA
AULA 2 CONCURSO PÚBLICO ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS CARGOS ACESSÍVEIS APENAS PARA BRASILEIROS NATOS DECISÕES JUDICIAIS ACERCA DE CONCURSO
AULA 3 ASSOCIAÇÃO SINDICAL DIREITO DE GREVE SISTEMA REMUNERATÓRIO E ACUMULAÇÃO DE PROVENTOS TETO REMUNERATÓRIO
AULA 4 APOSENTADORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS PENSÃO POR MORTE ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS ABONO DE PERMANÊNCIA
AULA 5 DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS SERVIDORES MILITARES DIREITOS POLÍTICOS DOS MILITARES PROIBIÇÃO DO DIREITO DE GREVE E SINDICALIZAÇÃO HABEAS CORPUS NAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES
AULA 6 DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA PROIBIDADE NA ADMINISTRAÇÃO TIPOS DE IMPROBIDADE
BIBLIOGRAFIAS
• BARCHET, G. Direito administrativo: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. • DI PIETRO, M. S. Z. Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 1991. • _____, M. S. Z. Direito administrativo. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2014. • MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1998. • MORAES, A. de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas, 2017.

DISCIPLINA:
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E GOVERNAMENTAIS
RESUMO
Existe um consenso mais ou menos definido na ciência política que prevê que as instituições fazem a diferença no padrão de governo, contudo, esse consenso é por vezes questionado quando a análise se foca nas consequências das estruturas institucionais específicas. Nesse sentido, diversos estudos ilustram a falta de acordo sobre quais resultados são produzidos por cada tipo de instituição (Tsebelis, 1997).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 SISTEMA DE GOVERNO REGIMES POLÍTICOS FORMAS DE GOVERNOS SISTEMAS LEGAIS
AULA 2 ESQUEMAS ANALÍTICOS PARA ANÁLISE INSTITUCIONAL CULTURA POLÍTICA E ANÁLISE INSTITUCIONAL INCLUSÃO, CONTESTAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO CAPITAL SOCIAL E INSTITUIÇÕES
AULA 3 A ORIGEM DOS PARTIDOS TIPOS DE PARTIDOS POLÍTICOS FUNÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARTIDOS POLÍTICOS E SISTEMAS PARTIDÁRIOS
AULA 4 TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PROBLEMAS PÚBLICOS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AULA 5 O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO CARREIRAS POLÍTICAS NA ESQUERDA E NA DIREITA OS BARÕES DA FEDERAÇÃO PARTIDOS FRACOS NA ARENA ELEITORAL E FORTES NA ARENA LEGISLATIVA
AULA 6 VOTO OBRIGATÓRIO E VOTO FACULTATIVO LISTAS E ELEIÇÕES MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA BANCO CENTRAL DO BRASIL E INDEPENDÊNCIA
BIBLIOGRAFIAS
• OLIVEIRA, A. C. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da Civil Law e da Common Law. Direito público, v. 12, n. 64, 2016. • SCHWARTZENBERG, R.-G. Sociologia Política: elementos de ciência política. 5. ed. São Paulo: Difel – Difusão Editorial S. A., 1979. • TSEBELIS, G. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 34, p. 89-117, 1997.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA E COMPLIANCE
RESUMO
O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das companhias e sua gestão

ou controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
A GOVERNANÇA PÚBLICA
A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

AULA 2

MATRIZ DE RISCOS
A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE
INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE
PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE

AULA 3

O COMPLIANCE OFFICER
COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE NO BRASIL
LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE

AULA 4

A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE
AS MODALIDADES DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE CRIMINAL
O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 5

COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS
COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016
EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES

AULA 6

INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO
OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE
NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE
RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334>.
- ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- _____. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º jul. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

RESUMO

Ante o surgimento e organização da Administração Pública, que advém do século XVIII e XIX, quando o Estado deixou de ser absolutista e passou a ser Estado de Direito, separando os Poderes e estabelecendo conexões com vários ramos do direito, surgiram princípios e

normativas para garantir a segurança ao direito do povo em relações particulares e públicas. Para entendermos melhor a grande máquina que se tornou a Administração Pública, devemos estudar de uma forma mais aprofundada os temas principais: centralização e descentralização; concentração e desconcentração; administração direta e indireta, por meio das autarquias; fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências reguladoras; agências executivas e terceiro setor. Nesse contexto, destacamos que a centralização ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira direta, por meio de seus órgãos e agentes que compõem sua estrutura. A descentralização, por sua vez, ocorre quando o Estado executa suas missões de maneira indireta, delegando-as a outras entidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ATOS ADMINISTRATIVOS

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

PODERES ADMINISTRATIVOS

CLASSIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 2

PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

MODALIDADES DA LICITAÇÃO

EXCLUDENTES DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO, INVALIDAÇÃO E DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO

AULA 3

CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS

TIPOS DE CONTRATO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS

EXECUÇÃO E INEXECUÇÃO CONTRATUAL

AULA 4

O MERCADO ECONÔMICO E GESTÃO DE CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASPECTOS IMPORTANTES SOBRE GESTÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

AULA 5

PRINCIPAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

ASPECTOS IMPORTANTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A LEI N. 8.666/93

EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

BENS PÚBLICOS

AULA 6

CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

TERCEIRO SETOR – LEI N. 13.019/2014

CONTROLES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E OUTRAS LEGISLAÇÕES PERTINENTES À

GESTÃO E À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS

BIBLIOGRAFIAS

- FILHO, J. dos S. C. Manual de Direito Administrativo. 27. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

- MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

DISCIPLINA:
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPATIVO

AULA 5

O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012